

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
CURSO DE BACHARELADO EM POLÍTICAS PÚBLICAS

FERNANDA ENDRISSI

**ANÁLISE DAS POLÍTICAS PÚBLICAS DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO
LOCAL IMPLEMENTADAS NOS MUNICÍPIOS DE CURITIBA, PORTO ALEGRE E
FLORIANÓPOLIS**

Orientadora: Profa. Dra. Luciana Leite Lima

Porto Alegre
2016

FERNANDA ENDRISSI

**ANÁLISE DAS POLÍTICAS PÚBLICAS DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO
LOCAL IMPLEMENTADAS NOS MUNICÍPIOS DE CURITIBA, PORTO ALEGRE E
FLORIANÓPOLIS**

Trabalho de conclusão de curso apresentado
como requisito parcial para obtenção do grau
de Bacharel em Políticas Públicas na
Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Orientadora: Profa. Dra. Luciana Leite Lima

Porto Alegre
2016

FERNANDA ENDRISSI

**ANÁLISE DAS POLÍTICAS PÚBLICAS DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO
LOCAL IMPLEMENTADAS NOS MUNICÍPIOS DE CURITIBA PORTO ALEGRE E
FLORIANÓPOLIS**

Trabalho de conclusão de curso apresentado
como requisito parcial para obtenção do grau
de Bacharel em Políticas Públicas na
Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

O trabalho foi aprovado pelos membros da banca examinadora, obtendo nota A.

Examinado em 29 de novembro de 2016.

BANCA EXAMINADORA

Profa. Dra. Luciana Leite Lima (Orientadora)
Departamento de Sociologia/UFRGS

Dr. Luciano D'Ascenzi
AGERGS

Prof. Dr. Sandro Ruduit Garcia
Departamento de Sociologia/UFRGS

Profa. Dra. Rosa Angela Chieza
Departamento de Economia/UFRGS

“Uma vez que você abandone as expectativas, você aprendeu a viver.”

(Osho)

AGRADECIMENTOS

Aos meus pais, que nunca me tolheram a liberdade e acompanham, ao seu modo, as consequências das minhas escolhas.

A todos os professores que fizeram parte da minha formação.

Às colegas e amigas que tornaram os últimos quatro anos ainda mais significativos.

À minha orientadora Luciana, por permitir que eu participasse de sua pesquisa e por poder contar com uma orientação clara e objetiva.

RESUMO

Este trabalho tem como objetivo geral analisar as políticas públicas de desenvolvimento econômico local implementadas nos municípios de Curitiba, Porto Alegre e Florianópolis à luz da perspectiva teórica do desenvolvimento econômico local. Para isto, busca-se descrever e analisar as estruturas municipais responsáveis por desenvolver estas políticas nos municípios, identificar e analisar as políticas implementadas por elas e avaliar se estas políticas configuram-se como políticas públicas de desenvolvimento econômico local. A pesquisa utilizou dados secundários disponíveis em sítios na internet, leis e normas referentes às estruturas estudadas coletados no período entre junho e agosto de 2016. Os dados foram submetidos à análise de conteúdo por meio do *software* *N Vivo, no qual foram utilizadas as seguintes categorias de análise: percepção multidimensional do desenvolvimento, campos de atuação, mecanismos de governança e pluralidade de atores. Os resultados encontrados demonstram que nem todas as estruturas operam sob uma visão multidimensional do desenvolvimento; apenas alguns dos campos de atuação são contemplados pelas três estruturas; os mecanismos de governança não estão bem desenvolvidos em todas as estruturas e a há uma pluralidade de atores envolvidos na implementação das políticas.

Palavras-chave: Política Pública. Desenvolvimento econômico local.

ABSTRACT

The main objective of this study is to analyze the local economic development policies implemented in the cities of Curitiba, Porto Alegre and Florianópolis in the light of the local economic development theoretical perspective. To do so, it describes and analyzes the municipal organizations responsible for developing these policies in the cities, identifies and analyzes the implemented policies and evaluates if these policies are, in fact, local economic development policies. The research was done using secondary data available in webpages, laws and norms regarding the studied organizations from June to August 2016. The data was submitted to a content analysis using * N Vivo software, where the following analytical categories were used: multidimensional development perception, fields of activity, governance mechanisms and plurality of agents. The results found show that not every organization operates under a multidimensional development view; only a few of the fields of activity are contemplated by the three organizations; the governance mechanisms are not totally developed in all of the organizations and there is a plurality of agents involved in the implementation of the policies.

Keywords: Policies. Local economic development.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CMI	Conselho Municipal de Inovação
CTI	Ciência, Tecnologia e Inovação
FACIAP	Federação das Associações Comerciais e Empresariais do Estado do Paraná
FADERGS	Faculdade de Desenvolvimento do Rio Grande do Sul
FIEP	Federação das Indústrias do Estado do Paraná
FIERGS	Federação das Industrias do Rio Grande do Sul
FTEC	Faculdade de Tecnologia
GRANFPOLIS	Associação dos Municípios da Região da Grande Florianópolis
IBGEN	Instituto Brasileiro de Gestão de Negócios
INSS	Instituto Nacional de Seguro Social
IPPUC	Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Curitiba
IPTU	Imposto Territorial Urbano
PUC	Pontifícia Universidade Católica
SEBRAE	Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas
SESI	Serviço Social da Indústria
SINEPE/RS	Sindicato do Ensino Privado do Rio Grande do Sul
SMCTDES	Secretaria Municipal de Ciência, Tecnologia e Desenvolvimento Econômico Sustentável
SMED	Secretaria Municipal de Educação
UNIFIN	Faculdade São Francisco de Assis
UNIRITTER	Centro Universitário Ritter dos Reis

ÍNDICE DE FIGURAS

Figura 1 Organograma da Agência Curitiba de Desenvolvimento S/A.....	22
Figura 2 Organograma do Inovapoa	28
Figura 3 Organograma da SMCTDES de Florianópolis	32

ÍNDICE DE QUADROS

Quadro 1 – Estruturas municipais comparadas.....	45
--	----

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	12
2	REVISÃO BIBLIOGRÁFICA.....	14
3	MARCO TEÓRICO - METODOLÓGICO.....	16
3.1	Avaliação de políticas públicas.....	16
3.2	Desenvolvimento econômico local	17
4	ESTRUTURAS MUNICIPAIS E POLÍTICAS DESENVOLVIDAS	21
4.1	Curitiba: Agência Curitiba de Desenvolvimento S/A.....	21
4.1.1	Estrutura organizacional.....	22
4.1.2	Atividades desenvolvidas	23
4.2	Porto Alegre: Inovapoa/GP.....	26
4.2.1	Estrutura organizacional.....	27
4.2.2	Atividades desenvolvidas	28
4.3	Florianópolis: Secretaria Municipal de Ciência, Tecnologia e Desenvolvimento Econômico Sustentável	31
4.3.1	Estrutura organizacional.....	31
4.3.2	Conselho Municipal de Inovação.....	33
4.3.3	Atividades desenvolvidas	34
5	ANÁLISE DOS DADOS	37
5.1	Percepção multidimensional do desenvolvimento	37
5.2	Campos de atuação	38
5.3	Mecanismos de governança.....	40
5.4	Pluralidade de atores.....	42
5.5	Análise comparada.....	43
6	CONCLUSÃO	46
7	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	48

1 INTRODUÇÃO

O desenvolvimento econômico possui considerável relevância para a sociedade. Isto pode ser explicado pelo fato da melhoria do bem-estar da população ser uma de suas consequências. Por isso, esta pauta está presente de forma permanente na agenda das três esferas de governo brasileiras, o que mantém atual o debate sobre como e quem deve conduzir este processo.

A Constituição Federal de 1988 marcou o início do processo de descentralização de diferentes responsabilidades da esfera federal de governo para a estadual e, principalmente, para a esfera municipal. Com isto, os municípios passaram a dividir a corresponsabilidade com as outras esferas não só do atendimento das necessidades básicas da população, como saúde, educação e assistência social, mas também de promover seu próprio desenvolvimento social e econômico a partir de políticas públicas específicas. A partir de então, observa-se nos municípios brasileiros a criação de diferentes tipos de organizações com a função de desenvolver políticas públicas municipais de desenvolvimento econômico local, as quais comumente assumem a forma de secretarias ou agências.

O objetivo desta pesquisa é analisar as políticas públicas de desenvolvimento econômico local implementadas pelas estruturas municipais de três capitais brasileiras: Curitiba, Porto Alegre e Florianópolis. Para isto, busca-se descrever e analisar as estruturas municipais e as políticas públicas implementadas por elas e avaliar se as políticas implementadas configuram-se como políticas públicas de desenvolvimento econômico local. A análise utiliza a ideia de avaliação de políticas públicas como julgamento de valor da ação pública e utiliza como parâmetros elementos retirados da perspectiva teórica do desenvolvimento econômico local.

Este estudo integra a pesquisa “Implementação de políticas públicas de desenvolvimento econômico local no âmbito municipal da administração pública brasileira”, coordenada pela Profa. Dra. Luciana Leite Lima. Para a escolha das estruturas municipais analisadas utilizou-se os seguintes critérios: a) região geográfica da capital sede da estrutura; b) situação da estrutura, ou seja, se está

consolidada ou não; c) figura jurídica da estrutura, isto é, se de direito público ou privado. Com base em estudos realizados anteriormente¹, existem estruturas consolidadas em sete capitais brasileiras, todas nas regiões sul e sudeste. Optou-se por analisar as políticas desenvolvidas pelas estruturas das capitais da região sul. Sendo assim, as estruturas escolhidas foram o Gabinete de Inovação e Tecnologia – Inovapoa/GP, de direito público, a Secretária Municipal de Ciência, Tecnologia e Desenvolvimento Econômico Sustentável de Florianópolis, de direito público, e a Agência Curitiba de Desenvolvimento S/A, de direito privado.

A pesquisa foi feita por meio da coleta de dados disponíveis em sítios na internet, normas e leis referentes às estruturas estudadas e de informações levantadas pelos estudos realizados anteriormente citados. Além disso, foram solicitadas informações às estruturas tanto através da Lei de Acesso à Informação², quanto por meio de suas ouvidorias. Os dados foram coletados no período de junho a agosto de 2016 e submetidos à análise de conteúdo por meio do software *NVivo. A partir do referencial teórico adotado e seguindo a metodologia utilizada no estudo de Lima et al. (2016) foram utilizadas as seguintes categorias de análise: percepção multidimensional do desenvolvimento, campos de atuação, mecanismos de governança e pluralidade de atores.

No capítulo 2, é apresentada uma breve revisão bibliográfica da produção brasileira sobre desenvolvimento econômico local. O capítulo 3 traz o marco teórico-metodológico utilizado na pesquisa e subdivide-se em duas partes: avaliação de políticas públicas e desenvolvimento econômico local. No capítulo 4, são descritos os objetivos, a estrutura organizacional e as atividades desenvolvidas pela estrutura de cada município. O capítulo 5 apresenta a análise a partir de cada uma das quatro categorias analíticas e uma análise comparada das características dos municípios. Por fim, a conclusão retoma os achados mais relevantes.

¹ NEVES (2015) e DIAS (2015)

² Lei Federal nº 12.527, de 18 de novembro de 2011.

2 REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

A produção acadêmica brasileira recente sobre desenvolvimento econômico local analisa diferentes aspectos do tema. Dentre os trabalhos de revisão teórica, destacam-se Pires et al. (2006), Vitte (2006) e Senhoras (2007). Utilizando-se de uma perspectiva analítica do campo da geografia, Pires et al. (2006) esboça uma metodologia de pesquisa das relações entre instituições, territórios e desenvolvimento local, tendo como hipótese que essas relações expressam a possibilidade de uma ação coletiva intencional, a qual, de certa forma, pode ser considerada uma forma de regulação social. A partir desta mesma perspectiva, Vitte (2006) discute alguns limites e oportunidades das estratégias de desenvolvimento econômico e apresenta uma proposta metodológica de estudo sobre a gestão do desenvolvimento econômico local a partir de uma revisão de literatura. Senhoras (2007), por sua vez, propõe uma reflexão teórica sobre os diferentes modelos de políticas públicas de desenvolvimento implementados nas cidades. Ao explicitar as formas e relações entre inclusão social e desenvolvimento, o autor divide o conjunto de práticas analisadas em duas vertentes que tendem a predominar na gestão das cidades: o ativismo democrático e o empreendedorismo competitivo.

Outros trabalhos analisam experiências de desenvolvimento econômico local em municípios brasileiros. Dentre estes, destacam-se os trabalhos de Fauré e Hasenclever (2005), Vitte (2007), Borges (2007), Dessotti (2009), Martins e Caldas (2009) e Carvalho (2013). Em livro publicado em 2005, Fauré e Hasenclever (Org) analisam e comparam experiências de desenvolvimento local em alguns municípios do estado do Rio de Janeiro, são eles: Campos dos Goytacazes, Itaguaí, Macaé e Nova Friburgo. Vitte (2007) analisa as políticas públicas de desenvolvimento econômico local implementadas na Região Metropolitana de Campinas e seus impactos espaciais ou territoriais, a partir do estudo dos municípios que compõem a região, dos arranjos produtivos regionais e dos agentes envolvidos nas práticas de desenvolvimento local. Em sua dissertação de mestrado, Borges (2007) analisa a viabilidade da construção de um índice de desenvolvimento local para o município de São José do Rio Preto – SP para avaliar os impactos do Programa dos Minidistritos Industriais e de Serviços no município.

Ao analisar os resultados do Programa URB – AL, programa de cooperação descentralizada entre cidades da União Europeia e da América Latina, Dessotti (2009) apresenta a cooperação descentralizada como uma forma de inserção competitiva das cidades na economia global, com o objetivo de buscar desenvolvimento local. Martins e Caldas (2009), por sua vez, apresentam uma análise comparada entre seis experiências brasileiras de desenvolvimento local e identificam o desdobramento destas experiências em duas frentes: uma de reprodução da lógica capitalista global em escala local, caracterizada pela reprodução de desigualdades de recursos e de poder e pela exploração crescente de recursos naturais, e outra de experimentações contra-hegemônicas, caracterizada pela produção de espaços nos quais predominam os princípios da igualdade, solidariedade e respeito à natureza. Por último, ressalta-se o trabalho de Carvalho (2013), o qual parte da perspectiva que considera o desenvolvimento local enquanto estratégia capaz de diminuir a desigualdade social, melhorar a qualidade de vida e preservar o meio ambiente e analisa em que medida os conselhos municipais de Salvador – BA atuam de acordo com estes pressupostos.

De maneira geral, os estudos encontrados não apresentam um padrão de descobertas, pois analisam diferentes aspectos de experiências de desenvolvimento econômico local em diversos municípios brasileiros. No entanto, ressalta-se que em nenhum dos trabalhos o foco da análise foi os traços constitutivos das políticas de desenvolvimento local implementadas ou das organizações responsáveis por estas políticas, como é o caso da presente pesquisa.

3 MARCO TEÓRICO - METODOLÓGICO

3.1 Avaliação de políticas públicas

A literatura sobre avaliação de políticas públicas não apresenta um consenso sobre o conceito do termo, pois este admite múltiplas definições. No entanto, entende-se que na base destas múltiplas definições está a ideia de que a avaliação se refere ao julgamento de valor em relação a uma intervenção a partir de um quadro referencial (ARRETCHE, 1998; ALA-HARJA e HELGASON, 2000; CUNHA, 2006).

A avaliação de políticas públicas é um instrumento importante para melhoria da eficiência do gasto público, do processo de tomada de decisão e do controle social sobre a efetividade da ação do Estado (ALA-HARJA e HELGASON, 2000; CUNHA, 2006; RAMOS e SHABBACH, 2012). Ainda assim, a pesquisa e a prática da avaliação possuem um caráter incipiente no Brasil (FARIA, 2005).

Dentre as tipologias de avaliação, são encontradas aquelas que a classificam conforme o agente avaliador e os participantes do processo; a natureza da avaliação; o momento de realização da avaliação e o tipo de problema ao qual a avaliação responde (RAMOS e SHABBACH, 2012). Outra forma de classificar a avaliação é de acordo com os seus possíveis usos, tais como: uso das ideias e generalizações derivadas da avaliação; utilização do desenho da pesquisa avaliativa; uso possível do próprio fato da avaliação ter sido ou estar sendo feita e utilização do foco do estudo (FARIA, 2005).

Uma abordagem que se destaca por não considerar a avaliação apenas como um meio de atribuir uma relação de causalidade entre uma ação e determinados resultados é a proposta de avaliação em profundidade, apresentada por Rodrigues (2011). Esta proposta busca abarcar as diferentes dimensões da política pública, o que implica uma análise ampla, densa, detalhada, multi e interdisciplinar. Segundo a autora, esta avaliação contempla quatro grandes eixos de análise, são eles: 1) conteúdo da política e/ou do programa, contemplando sua formulação, bases conceituais e coerência interna; 2) trajetória institucional; 3) espectro temporal e territorial abarcado pela política ou programa e 4) análise de contexto e formulação destes. De certa forma, essa proposta assemelha-se à ideia de análise de políticas

públicas de Arretche (1998), a qual corresponde ao exame da engenharia institucional e dos traços constitutivos dos programas.

A análise apresentada nesta pesquisa apoia-se na ideia de avaliação como julgamento, pois utiliza parâmetros desenhados a partir de um referencial teórico para avaliar se as políticas implementadas pelas estruturas municipais analisadas possuem os elementos considerados necessários às políticas de desenvolvimento econômico local. A seguir, é apresentado o referencial teórico sobre desenvolvimento econômico local, a partir do qual foram desenhados os parâmetros utilizados na pesquisa.

3.2 Desenvolvimento econômico local

Boisier (2001) reconhece o desenvolvimento enquanto um conceito complexo, profundamente axiológico, multidimensional, construtivista, qualitativo e intangível. Na literatura, o termo desenvolvimento costuma ser acompanhado de diferentes adjetivos, tais como: territorial, regional, local, endógeno, descentralizado e *bottom-up*. Embora possuam elementos em comum, o uso dos diferentes adjetivos acabou transformando-os em diferentes categorias de estudo e análise do desenvolvimento. Para este trabalho interessa a categoria de desenvolvimento local.

O desenvolvimento local possui três matrizes de origem, segundo as quais: a) é a expressão da lógica de regulação horizontal que reflete a dialética centro/periferia; b) é uma resposta à crise macroeconômica e ao ajuste; c) é estimulado pela globalização e pela dialética global/local (BOISIER, 2001). Os trabalhos de Vázquez Barquero (2000; 2001; 2009) e de Francisco Albuquerque (2001; 2007) alinham-se a segunda matriz, pois estão baseados na experiência europeia e latino-americana de reestruturação econômica das décadas de 1980 e 1990, e a terceira matriz, pois consideram as políticas de desenvolvimento local respostas aos desafios globais.

O desenvolvimento econômico local é definido como um processo de crescimento e mudança estrutural, que, mediante a utilização do potencial de desenvolvimento existente no território, conduz à melhoria do bem-estar da população de uma localidade ou região. Este processo possui um caráter endógeno,

uma vez que a mudança estrutural é determinada por características locais, tais como: a organização do sistema produtivo, a rede de relações entre atores e atividades, a dinâmica de aprendizagem e o sistema sociocultural (VÁZQUEZ BARQUERO, 2000). Significa, portanto, inovar a nível local a partir de características locais, no intuito de desenvolvê-las (GARÓFOLI, 1995, p.117).

Para dar início a este processo, é necessária a formulação de uma estratégia de desenvolvimento, a qual deve ser operacionalizada por meio de ações que objetivem o aumento da competitividade e produtividade do sistema produtivo, a melhoria da distribuição de renda e a conservação dos recursos naturais e do patrimônio histórico e cultural. Por tratar-se de uma abordagem *bottom-up* do desenvolvimento, os atores locais desempenham um papel fundamental na definição, execução e controle desta estratégia (VÁZQUEZ BARQUERO, 2001).

Uma vez que a estratégia de desenvolvimento tenha sido formulada, seu êxito depende da presença de alguns elementos nas políticas públicas desenvolvidas, quais sejam: uma percepção multidimensional do desenvolvimento, a abrangência de diferentes campos de atuação, a presença de uma pluralidade de atores e mecanismos de governança compartilhados entre eles. A importância de cada um desses elementos é explicitada a seguir.

A política de desenvolvimento local deve operar sob uma visão multidimensional do desenvolvimento, isto é, suas ações devem articular as dimensões econômica, urbana, social, ambiental, cultural e institucional. Isto resulta em uma visão mais integrada do território, contrária à percepção setorial, que demarca políticas econômicas, sociais, ambientais ou urbanas, uma vez que todas estas são parte da política de desenvolvimento (ALBUQUERQUE, 2001).

Como resultado desta visão multidimensional, as políticas de desenvolvimento contemplam diferentes campos de atuação. Vázquez Barquero (2009) aponta quais são os campos de atuação mais adequados das políticas públicas de desenvolvimento, são eles:

- a) Fomento da criação e desenvolvimento de empresas e de *clusters*: Além de transformar a poupança em investimento através dos projetos empresariais, o estímulo ao desenvolvimento de redes e *clusters* de empresas propicia a aparição de economias de escala e a redução dos custos de transação.

- b) Difusão das inovações: A difusão das inovações e do conhecimento no tecido produtivo local permite a introdução de novos produtos e a diferenciação dos existentes, mudanças nos processos produtivos e a abertura de novos mercados, o que contribui para o aumento da produtividade e da competitividade das empresas.
- c) Qualificação dos recursos humanos: Através dos recursos humanos se incorpora conhecimento na produção de bens e serviços e na gestão da própria estratégia de desenvolvimento, o que propicia o aumento da produtividade, estimula a competitividade e afeta o modelo cultural sobre o qual se apoia o processo de desenvolvimento.
- d) Construção de equipamentos urbanos e infraestruturas: A construção e melhoria do capital social fixo e das infraestruturas é importante pelo fato de as empresas preferirem localizações em lugares acessíveis e bem dotados de serviços que lhes permitam aproveitar as economias de aglomeração e o acesso aos mercados de produtos e fatores.
- e) Conservação e melhoria do meio ambiente e do patrimônio histórico: A proteção e o desenvolvimento dos sistemas ecológicos e dos recursos naturais, assim como a melhoria contínua do patrimônio histórico e cultural, não só têm um efeito positivo no meio ambiente, como também convertem os territórios e cidades em espaços atrativos para produzir e viver, além de contribuir com a melhoria do bem-estar da população.

Vale assinalar que estes campos formam um sistema e são, portanto, complementares uns aos outros. Desta forma, a não atuação em um ou mais deles pode atenuar o impacto das políticas implementadas nos demais campos.

O desenvolvimento econômico também está atrelado ao processo de produção de conhecimento e de inovação. Sendo assim, o comprometimento de uma pluralidade de atores públicos e privados relevantes a nível local, tais como instituições acadêmico-científicas, empresas e organismos estatais, fornece o apoio institucional necessário para este processo através da formação de redes de cooperação entre eles (GUIMARÃES, 2011). Este comprometimento deve ser firmado por meio da institucionalização de um pacto ou convênio entre os atores, que devem, também, definir e compartilhar os mecanismos de governança das políticas e ações implementadas (ALBUQUERQUE, 2007).

A definição de mecanismos de governança para o desenvolvimento econômico local se faz necessária devido à multiplicidade de empresas e atores sociais envolvidos. Além de reduzir os riscos ocasionados pelas incertezas do mercado, a construção de estruturas de governança locais assegura que haja um acordo mínimo entre os atores sobre os grandes temas da agenda do desenvolvimento local (TAPIA, 2005). Além disso, ao engajarem-se na construção de diferentes arranjos que propiciam cooperação e diálogo público, tais como redes e fóruns, estes atores não só obtêm benefícios coletivos, como também participam da construção de instituições e de políticas (TAPIA, 2005; GARCIA et al., 2014).

4 ESTRUTURAS MUNICIPAIS E POLÍTICAS DESENVOLVIDAS

Neste capítulo são apresentadas as informações coletadas a partir de sítios na internet, leis, decretos e outras publicações referentes às estruturas que atuam nos municípios de Curitiba, Porto Alegre e Florianópolis, quais sejam: Agência Curitiba de Desenvolvimento S/A, Inovapoa/GP e Secretaria Municipal de Ciência, Tecnologia e Desenvolvimento Econômico Sustentável. A seguir, são descritos os objetivos, a estrutura organizacional e as atividades desenvolvidas pela estrutura de cada município.

4.1 Curitiba: Agência Curitiba de Desenvolvimento S/A

No município de Curitiba, a estrutura municipal com a função de desenvolver políticas públicas de desenvolvimento econômico local foi criada pela Lei Nº 12.439 de 18 de outubro de 2007, sob o nome Agência Curitiba de Desenvolvimento S/A. A agência possui personalidade jurídica de direito privado e natureza de sociedade de economia mista, na qual 51% do capital pertence ao Município.

A Agência tem como finalidade o fomento das atividades econômicas do município de Curitiba, através do desenvolvimento da infraestrutura, da base empresarial, da ciência e da tecnologia com ênfase nas parcerias público-privadas, visando contribuir para o desenvolvimento socioeconômico da cidade e de sua população. Para isto, a agência deve:

- I. Assessorar empreendedores e empresas interessadas em instalar ou ampliar suas atividades em Curitiba, com informações técnicas, socioeconômicas e ambientais, dentre outras, promovendo a interação dos agentes do setor produtivo com o setor público, no sentido de viabilizar novos investimentos;
- II. Promover ou patrocinar eventos especiais, de natureza informativa e promocional que contribuam direta e indiretamente para o fomento das atividades econômicas;
- III. Administrar, em caráter temporário ou definitivo, programas ou projetos, bem como promover ou patrocinar obras de infraestrutura que permitam o cumprimento dos seus objetivos (CURITIBA, 2007).

4.1.1 Estrutura organizacional

A estrutura da Agência Curitiba de Desenvolvimento S/A é composta pela Presidência, pelas Diretorias Administrativa, Financeira, Técnica e Jurídica e pela Assembleia de Acionistas, a qual forma o Conselho de Administração e o Conselho Fiscal, conforme o organograma a seguir:



Figura 1 Organograma da Agência Curitiba de Desenvolvimento S/A

Fonte: Site da Agência Curitiba de Desenvolvimento S/A

O Conselho de Administração é um órgão de deliberação, orientação e consulta da sociedade, composto por nove membros:

- I. Prefeito de Curitiba, na qualidade de acionista majoritário do Município e Presidente do Conselho
- II. Acionista Titular da Secretaria Municipal de Finanças
- III. Acionista Titular da Procuradoria Geral do Município
- IV. Acionista Titular do Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Curitiba – IPPUC.

- V. Diretora Presidente da Agência Curitiba
- VI. Membro Efetivo e seu Suplente, na qualidade de acionistas indicados pela Federação das Indústrias do Estado do Paraná – FIEP
- VII. Membro Efetivo e seu Suplente, na qualidade de acionistas indicados pela Câmara Municipal de Curitiba
- VIII. Membro Efetivo e seu Suplente, na qualidade de acionistas indicados pelo Sistema FECOMÉRCIO
- IX. Membro Efetivo e seu Suplente, na qualidade de acionistas indicados pela Federação das Associações Comerciais e Empresariais do Estado do Paraná – FACIAP

Por sua vez, o Conselho Fiscal é composto por três membros:

- I. Membro Efetivo e seu Suplente, na qualidade de acionistas indicados pelo Sistema FECOMÉRCIO
- II. Membro Efetivo e seu Suplente, na qualidade de acionistas indicados pela Câmara Municipal de Curitiba
- III. Membro Efetivo e seu Suplente, na qualidade de acionistas indicados pela Prefeitura Municipal de Curitiba

4.1.2 *Atividades desenvolvidas*

Conforme os dados disponíveis no site da agência³, atualmente são desenvolvidas quatro atividades, são elas:

a) *Programa Curitiba Empreendedora*: O programa é composto por diversas iniciativas, que, de forma integrada, buscam beneficiar o desenvolvimento das micro e pequenas empresas. Essas iniciativas dividem-se em dois eixos de atuação: o da Institucionalidade e Ambiente de Negócios e o da Competitividade e Oportunidades. O primeiro diz respeito aos serviços de inscrição no CNPJ, consulta comercial, alvarás, licenciamento ambiental, vigilância sanitária e compras governamentais, além da produção de uma cartilha sobre a Lei Geral da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte do município de Curitiba.

³ Após o término da coleta de dados, verificou-se que a atualização do site da agência foi suspensa e que apenas parte de suas informações foi transferida para o portal da prefeitura de Curitiba.

Já o segundo eixo abrange as ações e serviços gratuitos oferecidos pelo Espaço Empreendedor. O Espaço Empreendedor é um ambiente empresarial para atendimento aos empreendedores do município com serviços gratuitos, através de um convênio com o Sebrae – PR. Ao todo, são oito espaços localizados em diferentes bairros do município, que prestam os seguintes serviços:

- I. Orientação e Formalização de Empreendedores;
- II. Capacitação Empresarial: Oferta de cursos gratuitos sobre economia e negócios para microempreendedores de Curitiba em parceria com o Sebrae-PR;
- III. Microcrédito Produtivo Orientado: Em parceria com a Caixa Crescer e Movera⁴, a agência disponibiliza crédito aos microempreendedores.
- IV. Consultoria Empresarial: Oferta de consultoria aos empreendedores sobre *marketing*, finanças, planejamento e gestão empresarial, controle financeiro, entre outros.
- V. Busca Tecnológica

Ademais, este eixo contempla ações na área do Empreendedorismo Feminino, tais como o Prêmio Empreendedora Curitibana. O prêmio visa dar reconhecimento às mulheres que desenvolvem atividades inovadoras e se destacam nos negócios. A premiação é dividida em três categorias: Microempreendedora Individual, Micro e Pequenos Negócios e Ideia Empreendedora.

b) *Curitiba Tecnoparque*: Este programa tem como objetivos fomentar o desenvolvimento de empresas de base tecnológica e instituições de ciência e tecnologia e difundir a cultura de conhecimento e inovação de setores estratégicos de alta tecnologia no município. Os setores incentivados pelo programa são: sistemas de telecomunicações: equipamentos e serviços; equipamentos de informática: *hardware* e periféricos; serviços de informática: desenvolvimento de *software*, consultoria em *hardware* e *software*, gestão de dados e distribuição eletrônica de informações; pesquisa e desenvolvimento; *design*; laboratórios de ensaios e testes de qualidade; instrumentos de precisão e automação industrial;

⁴ Empresas de oferta de microcrédito e de produtos de microfinanças para pequenos e micro empreendedores.

novas tecnologias: biotecnologia, nanotecnologia, saúde, novos materiais e tecnologias ambientais.

Existe um projeto para a construção de um Núcleo Empresarial em uma área delimitada no município, no qual as empresas enquadradas no programa terão condições especiais de espaço, isenção de tributação imobiliária, suporte tecnológico e de infraestrutura. A viabilização deste projeto encontra-se em fase de estudos.

O programa também concede incentivos fiscais específicos às empresas instaladas no Parque de Software, criado em 1998. O parque destina-se a oferecer base física compatível com as necessidades empresariais, mercadológicas e institucionais para a implantação de empresas de engenharia de *software* e de desenvolvimento de processos e produtos na área. Atualmente, o parque possui 18 empresas nas áreas de *software*, *hardware*, *datacenter* e comunicação.

c) *Projeto Digitais Curitibanas*: O projeto tem por finalidade estimular empreendedores a criarem produtos e serviços inovadores utilizando a iconografia curitibana, desenvolvida a partir dos detalhes arquitetônicos do patrimônio histórico e cultural do município, datado até 1950. A implementação do projeto divide-se em cinco fases: 1) Captura das imagens do patrimônio histórico e cultural; 2) Seleção das imagens; 3) Geração da iconografia “Digitais curitibanas”; 4) Concurso Curitiba Economia Criativa, no qual concorrerão projetos nas áreas de *design*, moda, audiovisual, *software* de lazer e jogos de computador que utilizem as “Digitais Curitibanas” e 5) Desenvolvimento de produtos, serviços e novos negócios. O projeto é uma parceria da agência com a prefeitura de Curitiba e o Centro Europeu - Escola de Profissões e Idiomas e atualmente encontra-se em sua 4ª fase.

d) *Observatório Econômico de Curitiba*: O observatório tem como objetivo a coleta, a elaboração, o tratamento e a disseminação de dados estatísticos do município de Curitiba. Um dos produtos do observatório é a publicação do Guia do Investidor, o qual reúne informações sobre o cenário socioeconômico do município. O principal objetivo dessa publicação é subsidiar decisões estratégicas de negócios empresariais e de políticas públicas. Além disso, o observatório disponibiliza na *webpage* da agência arquivos para download com séries históricas de diversos indicadores do município, conduz estudos e elabora relatórios com a análise destes indicadores.

4.2 Porto Alegre: Inovapoa/GP

O Gabinete de Inovação e Tecnologia – Inovapoa/GP foi criado pela Lei nº 10.705, de 30 de junho de 2009. Trata-se de um órgão subordinado ao gabinete do prefeito, cujo objetivo é desenvolver políticas públicas de ciência, tecnologia e inovação e articular parcerias institucionais para promoção do crescimento sustentável, geração de renda e inclusão socioeconômica no município de Porto Alegre. Para isto, o Inovapoa possui os seguintes objetivos específicos (PORTO ALEGRE, 2009):

- I. Elaborar, propor e executar políticas públicas e estratégias de incentivo à inovação e ao desenvolvimento científico e tecnológico no município;
- II. Apoiar, mediar e estimular projetos de desenvolvimento e planejamento, levando em consideração as características de cada uma das regiões e os respectivos arranjos produtivos locais existentes ou que venham a ser constituídos;
- III. Propor critérios para o estabelecimento de uma política de concessão de benefícios para a manutenção, o estabelecimento e a atração de empreendimentos;
- IV. Elaborar pesquisas e estudos de forma regionalizada;
- V. Realizar ações de promoção e divulgação institucional do município como polo de inovação e desenvolvimento científico e tecnológico;
- VI. Estimular e apoiar a interação entre empresas, governos e universidades no estabelecimento de parcerias nos níveis local, estadual, federal e internacional;
- VII. Promover oportunidades de negócios;
- VIII. Fomentar e apoiar a expansão das empresas existentes e a criação, instalação e atração de novos empreendimentos;
- IX. Estabelecer parâmetros e características gerais de contratos, convênios, termos de cooperação e afins destinados ao implemento de iniciativas, com a participação do Poder Público Municipal;
- X. Acompanhar e avaliar permanentemente a eficácia e a efetividade das ações e políticas públicas de inovação e desenvolvimento científico e tecnológico desenvolvidas pelo Poder Público Municipal;

- XI. Apoiar ou desenvolver programas e projetos capazes de difundir a cultura da inovação, da pesquisa científica e tecnológica e do empreendedorismo nas escolas de educação básica e profissional do município;
- XII. Empreender ações destinadas à captação de recursos junto aos órgãos de fomento e parcerias para viabilizar projetos relacionados.

4.2.1 Estrutura organizacional

Conforme o Decreto nº 16.369, de 21 de julho de 2009, a estrutura do Inovapoa está organizada por unidades de trabalho, providas por servidores em cargos em comissão e funções gratificadas. Primeiramente, tem-se a unidade de trabalho que compõe o núcleo do Inovapoa, preenchida por um coordenador geral, um chefe de gabinete, um gestor e dois oficiais de gabinete. Além desta unidade, existem outras seis diretamente subordinadas ao Inovapoa:

- I. Assessoria de Comunicação Social, preenchida por dois assessores especialistas;
- II. Assessoria Jurídica, preenchida por um assessor especialista e um assistente;
- III. Gerência Administrativa e Financeira, preenchida por um gestor, um assistente e um auxiliar técnico;
- IV. Gerência de Planejamento, preenchida por um gestor, um assessor especialista e um auxiliar técnico;
- V. Gerência de Execução, preenchida por um gestor, quatro assessores especialistas, um assistente e dois auxiliares técnicos;
- VI. Gerência de Avaliação e Controle, preenchida por um gestor, um assessor especialista e um auxiliar técnico.

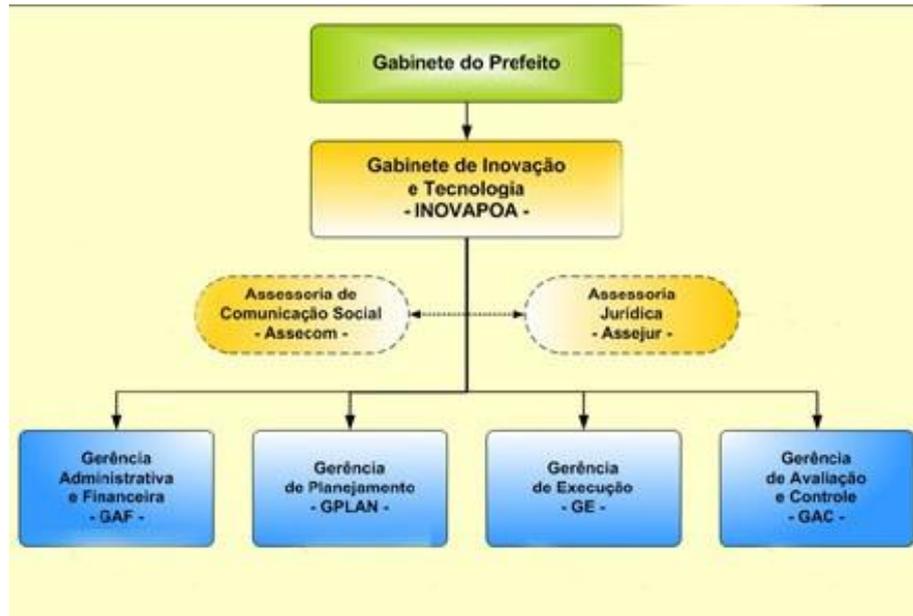


Figura 2 Organograma do Inovapoa

Fonte: Site da Prefeitura Municipal de Porto Alegre

4.2.2 Atividades desenvolvidas

Conforme o último relatório de atividades do Inovapoa, publicado em 2015, o gabinete desenvolve cinco atividades, são elas:

a) *Atração de novas empresas e fomento às empresas existentes*: Esta atividade consiste em atrair novos investimentos e fomentar as empresas existentes para que haja geração de novos produtos, serviços e processos que incrementem a economia. Além disso, apoia-se o desenvolvimento de regiões com potencial tecnológico, a criação de novos parques, polos e incubadoras tecnológicas e as iniciativas do segmento de economia criativa. Algumas das ações executadas pelo Inovapoa no âmbito desta atividade no ano de 2015 foram a instalação de uma incubadora de economia criativa; a elaboração do Plano Municipal de Economia Criativa; organização do Seminário 4º Distrito – Sociedade, Inovação e Desenvolvimento; participação na Semana Municipal de Ciência e Tecnologia e participação em uma missão a Portugal para atrair recursos para o município. São parceiros do Inovapoa nesta atividade a Universidade do Vale do Rio dos Sinos, o Centro Universitário Metodista (IPA) e o POAdigital.

b) *Capacitação para a competitividade*: Com o objetivo de fornecer mão-de-obra qualificada, o Inovapoa articula e promove ações de capacitação para o

desenvolvimento de competências de recursos humanos em diversos níveis de escolaridade, tais como o Programa Unipoa e o Emprega Unipoa.

O Programa Unipoa⁵ foi criado em 2010 pelo Inovapoa e é executado pela Secretaria Municipal de Educação (SMED). O programa consiste na oferta de bolsas de estudos para estudantes de baixa renda que residem em Porto Alegre, através de um convênio com instituições de ensino privadas, que devem oferecer bolsas de estudos integrais ou parciais em número equivalente a 4% das matrículas efetuadas no semestre anterior. Em contrapartida, as instituições se beneficiam de redução de tributos. Além disso, o programa estabelece que 50% das bolsas oferecidas devem ser em cursos relacionados com a área de tecnologia. Ao todo, são seis instituições conveniadas, são elas: FADERGS, FTEC, IBGEN, UNIRITTER, UNIFIN e FACCENTRO. Em 2015, o Inovapoa/GP iniciou contato com uma universidade norte-americana para viabilizar o intercâmbio de alunos beneficiados pelo programa.

O Emprega Unipoa – Programa de Oportunidades de Encaminhamento ao Mercado de Trabalho visa facilitar o acesso ao mercado de trabalho dos alunos bolsistas do Programa Unipoa, através de ações articuladas entre o Sistema FIERGS, o Sindicato das Empresas de Informática, a Secretaria Municipal de Trabalho e Emprego e as instituições de ensino conveniadas. As ações consistem no preparo dos estudantes para passar por processos seletivos, orientação para empreender e inovar nas empresas, promoção de cursos de capacitação profissional, cadastramento em sistemas de estágios e monitoramento da permanência no mercado de trabalho.

c) *Divulgação institucional de Porto Alegre*: Esta ação tem como objetivo aumentar a visibilidade de Porto Alegre no cenário nacional e internacional como cidade inovadora, empreendedora e modelo em democracia participativa. Para isto, divulgam-se os diferenciais competitivos e colaborativos do município, por meio da participação no circuito das grandes feiras e eventos nacionais e internacionais. Nesta atividade, o Inovapoa tem os seguintes parceiros: Sindilojas, Sindicato do Ensino Privado do Rio Grande do Sul (Sinepe/RS), Fórum Internacional de Software

⁵ Regulamentado pelo Decreto nº 16.736, de 15 de julho de 2010.

Livre, Fórum Nacional de Secretários e Dirigentes Municipais de Ciência, Tecnologia e Inovação, POAdigital e PUC/RS.

d) *Soluções inovadoras para a sustentabilidade*: Com o objetivo de solucionar problemas urbanos, o Inovapoa promove e incentiva a busca de alternativas e soluções economicamente viáveis, ambientalmente corretas e socialmente justas. Para isto, o Inovapoa faz parte da articulação central que levou à participação de Porto Alegre no Desafio “100 Cidades Resilientes”. O Desafio “100 Cidades Resilientes” é financiado e apoiado pela Fundação Rockefeller, a qual proporciona estrutura operacional aos projetos que patrocina. O Desafio Porto Alegre Resiliente consiste no desenvolvimento de uma estratégia que ajude a cidade a se tornar mais resiliente a desafios físicos, sociais e econômicos, por meio da articulação de diferentes setores da sociedade. Fazem parte da articulação central do desafio a Secretaria Municipal de Governança Local, o Inovapoa, o Gabinete de Defesa Civil, o Centro de Inteligência Urbana de Porto Alegre e o Centro Universitário de Estudos e Pesquisas sobre Desastres.

Além da inclusão de Porto Alegre neste desafio, outra ação desenvolvida no âmbito desta atividade foi o estabelecimento de uma parceria com o Sinepe/RS e com uma cooperativa de reciclagem do município, com o objetivo de conscientizar os alunos da rede privada de ensino sobre o consumo consciente e o descarte correto de equipamentos eletrônicos.

e) *Tecnologias sociais para uma cidade inovadora*: No intuito de popularizar e democratizar o acesso à ciência e à tecnologia, esta ação consiste no apoio tecnológico a grupos, comunidades e organizações da sociedade civil para que solucionem seus problemas e necessidades. Para isto, por meio de uma iniciativa do Inovapoa foi instituído o Fórum das Instituições de Ensino Superior de Porto Alegre, o qual constitui uma rede de trabalho conjunto com a prefeitura para promover estudos e debates com o objetivo de buscar soluções para a cidade.

4.3 Florianópolis: Secretaria Municipal de Ciência, Tecnologia e Desenvolvimento Econômico Sustentável

A SMCTDES foi criada em 2009 com o objetivo de promover o desenvolvimento econômico sustentável do município. Conforme as informações disponíveis no site da secretaria, sua atuação se dá a partir de três eixos estratégicos: *Talento*, *Tecnologia* e *Redes*. Cada eixo de atuação possui objetivos e ações específicas.

O eixo *Talento* tem como objetivo promover o estímulo à formação, ao envolvimento, à atração e à retenção de talentos. Este objetivo é operacionalizado por meio de ações de 1) capacitação de profissionais e professores em setores estratégicos; 2) educação e difusão da ciência e tecnologia e da sustentabilidade; 3) inclusão social por meio da ciência, da tecnologia e da inovação; e 4) integração das informações sobre ciência, tecnologia e desenvolvimento econômico.

O eixo *Tecnologia* tem como objetivo estimular, desenvolver e aplicar soluções da área de ciência, tecnologia e inovação (CTI) para a sustentabilidade. Neste eixo são realizadas ações de desenvolvimento sustentável e de criação de ambientes e incentivos. Quanto ao desenvolvimento sustentável, as ações consistem no desenvolvimento de soluções pelas instituições de CTI que atendam às demandas da cidade e da administração pública municipal. Já a criação de ambientes e incentivos é realizada por meio de ações de apoio a empreendimentos, instituições e empresas geradoras de CTI, de forma integrada com as políticas e estratégias estaduais e federais.

O eixo *Rede* objetiva congrega e articular os atores públicos e privados para promover a inovação e o desenvolvimento sustentável no município. Para isto, são realizadas ações de divulgação e de viabilização do ambiente interinstitucional de cooperação para promoção da CTI e do desenvolvimento econômico e sustentável.

4.3.1 Estrutura organizacional

Conforme o organograma disponível no site da secretaria, esta se estrutura da seguinte forma:

- I. Gabinete do Secretário, provida de um secretário municipal, um assessor jurídico pleno e uma secretária;
- II. Direção Geral, provida de um diretor, um assessor técnico, um gerente administrativo financeiro e um gerente de tecnologia e modernização;
- III. Diretoria de Ciência e Tecnologia, provida de um diretor, um gerente de desenvolvimento científico e tecnológico e um gerente de negócios inovadores;
- IV. Diretoria de Desenvolvimento Econômico, provida de um diretor, um gerente de empreendedorismo e apoio às micro e pequenas empresas e um gerente de trabalho emprego e renda.

Também estão presentes na estrutura organizacional da secretaria o Conselho Municipal de Trabalho e Emprego, o Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural e o Instituto de Geração de Oportunidades de Florianópolis.

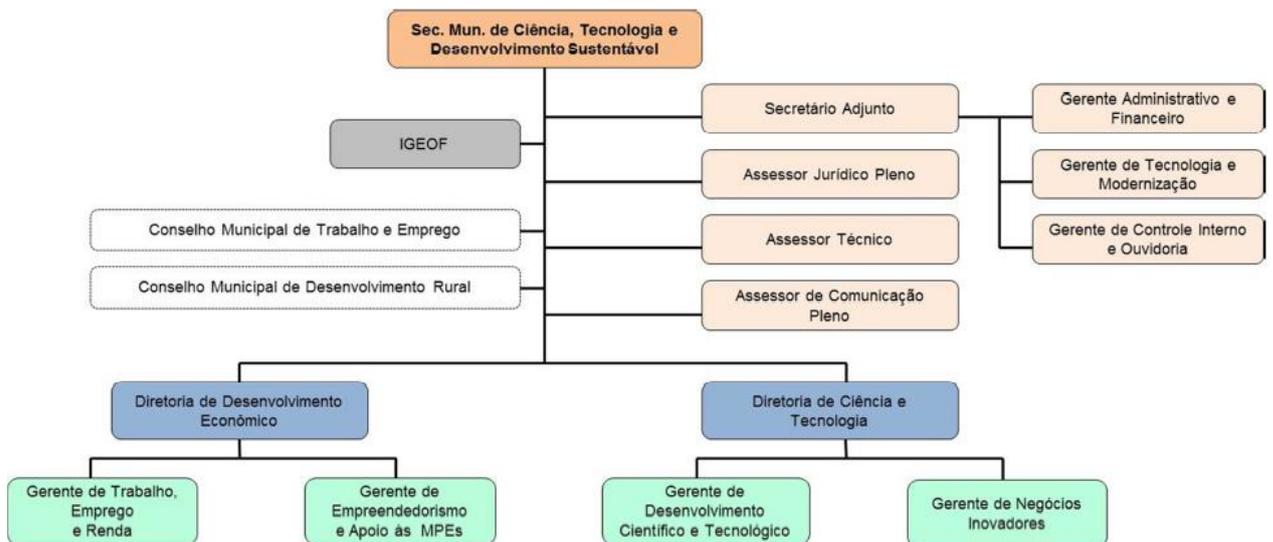


Figura 3 Organograma da SMCTDES de Florianópolis

Fonte: Site da Secretaria Municipal de Ciência, Tecnologia e Desenvolvimento Sustentável de Florianópolis

4.3.2 Conselho Municipal de Inovação

O Conselho Municipal de Inovação (CMI) ⁶ é um órgão de participação direta da comunidade na administração municipal, cujas reuniões ordinárias ocorrem duas vezes ao ano. Embora a lei de criação do CMI o situe dentro da estrutura da SMCTDES, este não consta no organograma disponível no site da secretaria. Um organograma atualizado foi solicitado à ouvidoria da secretaria, mas não houve retorno. Dentre as atribuições do CMI, estão:

- I. Formular, propor, avaliar e fiscalizar ações e políticas públicas de promoção da inovação para o desenvolvimento do município, a partir de iniciativas governamentais ou em parceria com agentes privados;
- II. Promover a geração, difusão e democratização do conhecimento, das informações e novas técnicas e incentivar a introdução e adaptação à realidade local de técnicas já existentes;
- III. Promover e incentivar estudos, eventos e pesquisas na área de inovação, ciência e tecnologia;
- IV. Colaborar na articulação das ações entre vários organismos públicos e privados envolvidos na formulação da política de inovação com outros municípios, estados, União e, em especial, com os municípios que integram a Associação dos Municípios da Grande Florianópolis (GRANFPOLIS);
- V. Incentivar a pesquisa e o desenvolvimento tecnológico inovador voltados ao aperfeiçoamento dos serviços públicos municipais e ao uso e controle dos recursos naturais e à transição para a economia verde;
- VI. Promover estudos para prevenir e evitar os impactos sociais e ambientais negativos das inovações, através de políticas de emprego, de controle das condições de trabalho e de transição para a economia verde (FLORIANÓPOLIS, 2012).

O Conselho Municipal de Inovação é composto por trinta e seis membros vinculados à administração municipal, à comunidade científica, tecnológica e de

⁶ O Conselho Municipal de Inovação (CMI) foi criado em 2012, pela Lei complementar N°432, de 07 de maio de 2012, que institui o Sistema Municipal de Inovação.

inovação, às entidades empresariais e à sociedade civil organizada, de acordo com a seguinte distribuição:

- I. Sete representantes do Poder Público Municipal designados por meio de decreto do Prefeito Municipal, dentre os quais o Secretário Municipal de Ciência, Tecnologia e Desenvolvimento Sustentável de Florianópolis, que é o Presidente do Conselho;
- II. Seis representantes das instituições de ensino superior, tecnológico e profissionalizante estabelecidas no Município;
- III. Dez representantes das associações, entidades representativas de categoria econômica ou profissional, agentes de fomento, instituições públicas e privadas, que atuam em prol da Ciência, Tecnologia e Inovação domiciliadas no município de Florianópolis;
- IV. Quatro representantes de parques tecnológicos e de inovação e as incubadoras de empresas inovadoras de Florianópolis;
- V. Oito representantes de Arranjos Promotores de Inovação reconhecidos pelo Conselho Municipal de Inovação; e
- VI. Um representante do Governo do Estado de Santa Catarina.

É importante destacar que o decreto⁷ que nomeia os membros que compõem o conselho refere-se ao período de 2012 a 2015. Segundo a ouvidoria, a composição do conselho para o período de 2016 a 2019 encontra-se em fase de elaboração, ou seja, atualmente o conselho encontra-se inativo.

4.3.3 Atividades desenvolvidas

No menu do site da SMCTDES constam apenas informações sobre projetos e ações desenvolvidas até 2011, ano anterior à criação do Conselho Municipal de Inovação. Considerando que o conselho é o órgão responsável por propor e formular as políticas públicas de desenvolvimento do município, optou-se por analisar apenas as atividades desenvolvidas pela secretaria após sua criação. Para isso, recorreu-se a leitura das notícias disponíveis no site no intuito de identificar as atividades desenvolvidas, as quais são apresentadas a seguir.

⁷ Decreto nº 10.314, de 27 de setembro de 2012.

a) *Escritório de Projetos*: O escritório é um convênio entre o Centro de Ciências da Administração e Socioeconômicas da Universidade do Estado de Santa Catarina e a SMCTDES. Seus objetivos são: 1) apoiar a elaboração de projetos de interesse público; 2) capacitar os funcionários da prefeitura em elaboração e gerenciamento de projetos; 3) integrar ações universitárias às necessidades da cidade; 4) pesquisar e difundir oportunidades de captação de recursos; 5) propor e implementar projetos que representem oportunidades de desenvolvimento para o município.

b) *Empreendedor no Bairro*: O projeto consiste na realização de eventos em alguns bairros do município, nos quais são disponibilizadas diferentes modalidades de atendimento, que visam à orientação, formalização e capacitação de empreendedores. O objetivo é incentivar as empresas sediadas no município a ingressar no mercado formal e a aperfeiçoar sua gestão. Neste projeto, a SMCTDES tem os seguintes parceiros: Centro de Atendimento ao Cidadão, SEBRAE/SC, Associação dos Empreendedores de Micro e Pequenas Empresas e Empreendedores Individuais da Região Metropolitana de Florianópolis, Associação Comercial e Industrial de Florianópolis, líderes comunitários, INSS, Junta Comercial, Bombeiros, Receita Federal, Vigilância Sanitária, Banco do Empreendedor e Sindicato das Empresas de Serviços Contábeis. Como forma de dar continuidade ao projeto, microempreendedores de três bairros do município participaram de um curso de capacitação empreendedora, oferecido pelo SEBRAE/SC.

c) *Virada da Inovação*: Realizada em 2015, o evento reuniu experiências inovadoras realizadas por empreendedores locais e da região, as quais foram apresentadas à população. O objetivo foi levar os visitantes a ter a inovação como referência em suas práticas diárias.

d) *Programa de Capacitação dos Servidores da Prefeitura*: Desenvolvido pela Escola de Governo - ENA em parceria com a SMCTDES, o programa oferece aos servidores públicos municipais disciplinas que abordam o uso de instrumentos e técnicas de gestão para aprimorar a administração pública municipal.

e) *Centro Sapiens*: O Centro Sapiens é um projeto de revitalização da região leste do centro histórico de Florianópolis. A partir das iniciativas pública e privada, o objetivo é transformar a área em um polo de inovação voltado ao turismo, à gastronomia, às artes, ao *design* e à tecnologia. As modificações previstas incluem

cabeamento elétrico subterrâneo, melhorias no calçamento e isenção de IPTU para as novas empresas que se instalarem na região.

f) *Rota da Inovação*: O projeto consistiu na realização de onze “Eventos Criativos”, nos quais empresários, representantes de instituições públicas, grupos de estudantes universitários e comunidades de bairro reuniram-se para discutir sobre inovação e criatividade no município.

g) *Reciclaí*: O projeto consiste em disponibilizar caixas para a coleta do lixo tecnológico nos terminais de integração do transporte coletivo e em diversos locais espalhados pela cidade. Além disso, são realizados periodicamente mutirões de coleta em diferentes bairros do município. O objetivo é conscientizar a população quanto à necessidade do descarte correto deste tipo de lixo.

h) *Curso de Robótica*: O curso consistiu em aulas práticas ministradas a alunos de uma escola de educação básica, nas quais estes aprenderam a montar robôs com funcionalidade a partir do auxílio de material didático específico das áreas de robótica, eletrônica e mecânica. O curso foi realizado em parceria com o SESI/SC e com a Associação Catarinense de Empresas de Tecnologia.

5 ANÁLISE DOS DADOS

No marco teórico – metodológico escolhido neste trabalho foram identificados alguns elementos para a análise: percepção multidimensional do desenvolvimento, atuação em determinados campos, mecanismos de governança e pluralidade de atores. Neste capítulo, pretende-se demonstrar de que forma cada um desses elementos está ou não presente nos arranjos institucionais e nas políticas desenvolvidas pelas estruturas municipais estudadas.

5.1 Percepção multidimensional do desenvolvimento

Ao observar o arranjo institucional e as atividades desenvolvidas pela Agência Curitiba de Desenvolvimento S/A, não é possível afirmar que a atuação da agência é baseada em uma percepção multidimensional do desenvolvimento. Embora uma das atividades desenvolvidas articule as dimensões econômica e cultural, sua atuação está muito centrada na dimensão estritamente econômica do município, sem ações que articulem as dimensões social, ambiental e institucional, igualmente relevantes a longo prazo para o êxito da política de desenvolvimento.

O mesmo não ocorre com as demais estruturas analisadas. É possível identificar uma visão multidimensional do desenvolvimento na definição dos eixos de atuação da SMCTDES e nos objetivos do CMI de Florianópolis, pois não contemplam somente aspectos econômicos, mas também sustentabilidade, inclusão social e educação. Esta visão também é refletida pelas atividades desenvolvidas pela secretaria, que o faz através de parcerias com as entidades que compõem o CMI e com instituições governamentais e não governamentais, de acordo com os recursos e conhecimentos necessários para cada atividade.

No Inovapoa, a percepção multidimensional do desenvolvimento aparece mais nas atividades desenvolvidas do que em seu arranjo institucional. Embora seus objetivos específicos estejam mais voltados à dimensão econômica do município, no desenvolvimento de suas atividades há uma articulação entre diversas secretarias e órgãos municipais, o que resulta em ações que, além de marcadas pela intersetorialidade, contemplam outras dimensões do desenvolvimento, tais como a social, a institucional e a ambiental.

5.2 Campos de atuação

A Agência Curitiba de Desenvolvimento S/A atua nos campos da difusão das inovações, da construção de infraestrutura, e do desenvolvimento de empresas. Entretanto, a atuação da agência concentra-se neste último, pois, em maior ou menor grau, todas as atividades desenvolvidas contribuem para este fim. São dois os principais programas que seguem esta linha: o Curitiba Tecnoparque e o Curitiba Empreendedora. Embora tenha sido implementado parcialmente, o primeiro fornece infraestrutura apropriada e incentivos fiscais a empresas de tecnologia, enquanto o segundo possibilita que micro e pequenos empreendedores do município tenham acesso a serviços jurídicos, financeiros e de capacitação.

As outras duas atividades desenvolvidas também contribuem para o desenvolvimento de empresas, ainda que de forma indireta. O Projeto Digitais Curitiba não só estimula produtos e serviços inovadores, como o faz a partir do uso de elementos identitários do município. Já o Observatório Econômico produz e disponibiliza informações que, além de subsidiar decisões na área de negócios ou até mesmo de políticas públicas, podem atrair novas empresas para o município.

É possível afirmar que a difusão das inovações é realizada pelo programa Curitiba Tecnoparque, uma vez que a construção de parques tecnológicos tem sido a principal ferramenta utilizada para tal em diversos países (VÁZQUEZ BARQUERO, 2001, p.204). O mesmo programa também contempla o campo da construção de infraestrutura. No entanto, atenta-se para o fato de que esta infraestrutura é voltada apenas para a instalação de empresas, deixando de lado equipamentos urbanos, que, além de tornar o município mais atraente para novas empresas, melhorariam a qualidade de vida da população.

A SMCTDES de Florianópolis atua em todos os campos prescritos pelo modelo analítico. A secretaria desenvolve três atividades que podem ser categorizadas como de difusão das inovações: o Centro Sapiens, a Rota da Inovação e a Virada da Inovação. Contudo, as duas últimas tratam-se de eventos, os quais podem contribuir para o desenvolvimento de uma cultura de inovação no município ao propiciar momentos de interlocução entre empreendedores locais, estudantes e comunidades de bairro, mas podem não representar ferramentas concretas para que ocorram mudanças no tecido produtivo local, uma vez que não

foram encontrados registros de que houve um acompanhamento dos resultados das discussões realizadas nestes. O Centro Sapiens, por sua vez, é um projeto com potencial para a difusão das inovações ao fornecer base física compatível e incentivos à instalação de empresas de tecnologia, ao mesmo tempo em que revitaliza uma região do centro histórico do município ao promover melhorias em sua infraestrutura, às quais a população terá acesso.

No que se refere à qualificação de recursos humanos, foram identificadas duas atividades: o Programa de Capacitação de Servidores da Prefeitura e o Curso de Robótica. É preciso apontar as limitações destas atividades na incorporação de conhecimento na produção de bens e serviços do município. Primeiramente, apesar de representar uma ferramenta de aperfeiçoamento da gestão pública municipal, o programa de capacitação restringe-se apenas aos servidores. Em segundo lugar, além de restrito aos alunos de apenas uma escola do município, o curso de robótica teve apenas uma edição, tratando-se, portanto, de uma ação pontual. Sugere-se que uma articulação com as instituições de ensino superior, tecnológico e profissionalizante que integram o Conselho Municipal de Inovação poderia dar início a programas com maior impacto sobre a qualificação dos recursos humanos do município, ao contrário de ações focalizadas e pontuais.

Quanto ao desenvolvimento de empresas, a atuação da secretaria resume-se a realização dos eventos chamados “Empreendedor no Bairro”. Esta atividade possibilita a formalização e capacitação de empreendedores individuais, micro e pequenas empresas, o que não só estimula o estabelecimento de empreendimentos locais, os quais geram novos empregos, como também incrementa a arrecadação municipal de tributos e garante amparo previdenciário aos trabalhadores. Contudo, o fato de ser um evento itinerante que passa pelos bairros do município pode diminuir seu alcance, já que o público-alvo pode não estar disponível na data definida ou não ficar sabendo dele. Estes eventos poderiam ser complementados com a disponibilização dos mesmos serviços de forma permanente em um espaço fixo.

A secretaria atua na conservação e melhoria do meio ambiente por meio do projeto Reciclaí, que consiste na coleta e descarte correto do lixo tecnológico. Contudo, é preciso sublinhar que por mais que o volume de produção deste lixo esteja em expansão, principalmente nas grandes cidades, somente este projeto não garante a proteção dos sistemas ecológicos e dos recursos naturais a longo prazo.

Para isto, seriam necessárias ações de desenvolvimento sustentável, conforme consta no arranjo institucional da secretaria e nos objetivos do CMI.

O Inovapoa atua nos campos da difusão das inovações, da qualificação dos recursos humanos, do desenvolvimento de empresas e da preservação do meio ambiente. A difusão das inovações e o desenvolvimento de empresas estão entre os objetivos do Inovapoa, que, para isto, desenvolve a atividade “Atração de novas empresas e fomento às empresas existentes”. A instalação de uma incubadora de projetos de economia criativa, além de desenvolver empresas, pode facilitar o processo de difusão das inovações no município, desde que sejam criadas condições para tal e selecionados projetos adequados. A “Divulgação Institucional de Porto Alegre” pode ser considerada complementar a esta, uma vez que se realizada de maneira eficiente pode atrair empresas e investimentos, além de possibilitar o estabelecimento de parcerias.

Quanto à qualificação de recursos humanos, o Inovapoa desenvolve a atividade “Capacitação para a competitividade”. A oferta de bolsas de estudo em instituições de ensino superior é, sem dúvida, benéfica para a qualificação dos recursos humanos do município. Entretanto, é preciso atentar para as necessidades das empresas locais ou daquelas que se espera atrair para que, de fato, se formem profissionais nas áreas mais carentes de mão de obra qualificada.

O Inovapoa atua na conservação do meio ambiente por meio da atividade “Soluções Inovadoras para a Sustentabilidade”. Contudo, é preciso destacar que essa atuação se dá de forma tímida, já que consiste na conscientização sobre descarte correto do lixo eletrônico por parte dos alunos da rede privada de ensino. A exemplo do que ocorre em Florianópolis, não há uma ação mais concreta que vise à preservação dos recursos naturais ou cujo principal objetivo seja o desenvolvimento sustentável.

5.3 Mecanismos de governança

A governança das atividades desenvolvidas pela Agência Curitiba de Desenvolvimento S/A se dá por meio de dois conselhos: o fiscal e o de administração. Ambos os conselhos são formados por atores públicos e privados

relevantes para o contexto local, como federações de indústrias e de associações comerciais, um instituto de pesquisa, a Prefeitura e a Câmara Municipal. Contudo, aponta-se a ausência de instituições de ensino superior e de organizações mais próximas da população, como associações de bairro, por exemplo. Na prática, são os atores que compõem os conselhos que definem os temas da agenda do desenvolvimento local do município e uma composição mais plural poderia nortear a atuação da agência em direção ao atendimento de interesses coletivos, em detrimento de possíveis interesses particularistas, além de diversificar as informações disponíveis para a tomada de decisão.

A governança das atividades desenvolvidas pela SMCTDES de Florianópolis se dá através do Conselho Municipal de Inovação. O conselho possui uma composição plural e caracteriza-se como um arranjo que propicia cooperação e diálogo público. Entretanto, é preciso apontar para o fato de que as reuniões ordinárias ocorrem apenas duas vezes ao ano e de que após o término do período de 2013 a 2015 não houve um novo decreto que estabelecesse a composição do conselho para o período seguinte. Isto pode acarretar no não cumprimento de seu objetivo de ser um órgão fiscalizador e avaliador das ações e políticas públicas de desenvolvimento do município, o que, por sua vez, compromete a sustentabilidade destas.

Em Porto Alegre, está entre os objetivos do Inovapoa o acompanhamento e a avaliação permanente da eficácia e da efetividade das ações e políticas públicas de inovação e desenvolvimento científico e tecnológico desenvolvidas no município. Entretanto, o arranjo institucional da estrutura não vai além da menção do estabelecimento de parcerias com órgãos públicos e privados ao tratar sobre a governança das atividades desenvolvidas. Porém, três das atividades apresentam mecanismos de governança melhor delineados. A atividade “Soluções inovadoras para a sustentabilidade”, cujo principal produto é a participação de Porto Alegre no Desafio “100 cidades resilientes”, deixa claro quais são os atores que compõem a articulação que coordena a ação. Já a governança da atividade “Tecnologias sociais para uma cidade inovadora” se dá através de um fórum, o qual representa um espaço de diálogo e cooperação entre instituições privadas de ensino superior e a prefeitura. Por último, tem-se a articulação de ações entre atores definidos na

implementação do Emprega Unipoa, no âmbito da atividade “Capacitação para a competitividade”.

5.4 Pluralidade de atores

Em Curitiba, o arranjo institucional da agência inclui atores públicos e privados relevantes no contexto local, tais como: federações de indústrias e de associações comerciais, um instituto de pesquisa, a Prefeitura e a Câmara Municipais. Além disso, duas das atividades são desenvolvidas em parceria com atores externos à agência. O Programa Curitiba Empreendedora é executado em parceria com o SEBRAE/PR e com duas instituições financeiras. Por tratar-se de um programa cujo objetivo é beneficiar o desenvolvimento de micro e pequenas empresas, estas parcerias são estratégicas, uma vez que fornecem suporte técnico e financeiro. Já o Projeto Digitais Curitiba é executado em parceria com uma escola de profissões e idiomas sediada no município.

Portanto, observa-se que a agência possui capacidade de estabelecer parcerias com atores externos a ela, uma vez que estes possuem os recursos necessários para a execução das atividades. No entanto, é preciso apontar para a ausência de atores relevantes, como universidades, visto que são protagonistas na cooperação entre ciência, tecnologia e inovação necessária para o desenvolvimento econômico (GUIMARÃES, 2011), e associações de bairro, pois representam instâncias de diálogo com a população.

No município de Florianópolis, a SMCTDES atua, por meio do CMI, na articulação entre organismos públicos e privados do município com outras unidades federativas. Além disso, há uma pluralidade de atores na própria composição do CMI, que inclui não somente representantes de entidades públicas e privadas relevantes no município, como também um representante do governo do estado. No desenvolvimento do conjunto de atividades, observa-se a participação direta de alguns dos atores que compõem o CMI e de atores externos a ele, tais como órgãos federais, instituições financeiras e líderes comunitários. Deste modo, as parcerias com atores externos ao conselho resultam em uma gama maior de possibilidades de atuação para a secretaria, isto é, sua atuação não fica restrita às atividades desenvolvidas pelos membros do CMI no município.

Um dos objetivos do Inovapoa é estimular e apoiar a interação entre empresas, governos e universidades no estabelecimento de parcerias nos níveis local, estadual, federal e internacional. De fato, as atividades desenvolvidas englobam uma pluralidade de atores, tais como: instituições de ensino superior, associações, sindicatos, fóruns, fundações e secretarias municipais. Portanto, embora a estrutura organizacional do Inovapoa seja composta apenas por cargos comissionados, observa-se uma alta capacidade do gabinete em estabelecer parcerias não apenas com atores públicos e privados a nível local, mas também aos níveis nacional e internacional.

5.5 Análise comparada

Ao comparar as características das organizações municipais apresentadas, destacam-se algumas diferenças e similaridades. Em primeiro lugar, ressalta-se que a percepção multidimensional do desenvolvimento é observada apenas na SMCTEDS de Florianópolis e no Inovapoa. Na primeira, tanto em seu arranjo institucional, quanto nas atividades desenvolvidas e no segundo, apenas nas atividades desenvolvidas. A Agência Curitiba de Desenvolvimento S/A, por sua vez, não demonstra esta percepção e concentra sua atuação na dimensão econômica do desenvolvimento.

Quanto aos campos de atuação, observa-se que, em maior ou menor grau, todas as estruturas atuam na difusão das inovações e no desenvolvimento de empresas. A construção de equipamentos urbanos e de infraestruturas é um campo de atuação apenas da SMCTEDS de Florianópolis e da Agência Curitiba de Desenvolvimento S/A. Já a qualificação dos recursos humanos é objeto apenas do Inovapoa e da SMCTDES de Florianópolis, sendo que nesta última a qualificação é voltada para o funcionalismo público. Estas mesmas estruturas também atuam, ainda que de forma tímida, na conservação do meio ambiente. Portanto, constata-se que a SMCTDES de Florianópolis e o Inovapoa possuem uma atuação mais diversificada quando comparadas à Agência Curitiba de Desenvolvimento S/A, ainda que a atuação em alguns dos campos seja restrita e limitada.

Em terceiro lugar, têm-se mecanismos de governança melhor delineados apenas na Agência Curitiba de Desenvolvimento S/A e na SMCTDES de Florianópolis, na forma de conselhos. Já no Inovapoa, apenas algumas atividades contam com algum tipo de mecanismo, apesar de um dos objetivos da estrutura ser acompanhar e avaliar as políticas públicas de desenvolvimento do município.

Por último, nota-se que mesmo aquelas que não possuem uma pluralidade de atores em sua composição, como o Inovapoa e, em certa medida, a Agência Curitiba de Desenvolvimento S/A, há uma pluralidade de atores envolvidos no desenvolvimento de suas atividades, por meio do estabelecimento de parcerias. Diferentemente das demais estruturas, a SMCTDES de Florianópolis possui um conselho com uma composição plural, mas, ainda assim, estabelece parcerias com atores externos a ele para o desenvolvimento de algumas das atividades.

Quadro 1 – Estruturas municipais comparadas

Categorias analíticas	Agência Curitiba de Desenvolvimento	SMCTDES de Florianópolis	Inovapoa
Percepção multidimensional do desenvolvimento	Foco na dimensão econômica	Multidimensionalidade apenas nas atividades	Multidimensionalidade no arranjo institucional e nas atividades
Campos de atuação	Difusão das inovações; desenvolvimento de empresas, construção de equipamentos urbanos e infraestruturas	Difusão das inovações; desenvolvimento de empresas; qualificação dos recursos humanos e preservação do meio ambiente	Difusão das inovações; desenvolvimento de empresas; construção de equipamentos urbanos e infraestruturas; qualificação dos recursos humanos e preservação do meio ambiente
Mecanismos de governança	Conselhos fiscal e de administração	Conselho Municipal de Inovação	Mecanismos em apenas algumas atividades
Pluralidade de atores	Parcialmente plural na composição e nas atividades	Plural na composição e nas atividades	Plural apenas nas atividades

6 CONCLUSÃO

A análise das estruturas municipais de Porto Alegre, Florianópolis e Curitiba e das políticas por elas implementadas permite avaliar o quanto estas políticas aproximam-se de políticas públicas de desenvolvimento econômico local, de acordo com os parâmetros utilizados. Em cada um dos municípios atua um tipo diferente de organização: uma agência em Curitiba, uma secretaria em Florianópolis e um gabinete em Porto Alegre. Deste modo, estas estruturas guardam diferenças e semelhanças não só quanto ao seu arranjo institucional, mas também quanto às ações desenvolvidas e quanto à forma como elas são desenvolvidas.

A Agência Curitiba de Desenvolvimento S/A caracteriza-se por uma atuação centrada na dimensão estritamente econômica do município e carece, portanto, de uma percepção multidimensional do desenvolvimento. Isto resulta em uma forte atuação principalmente em um dos possíveis campos em detrimento dos demais, qual seja, o desenvolvimento de empresas. Embora este seja um campo estratégico de atuação, os campos são complementares uns aos outros e, portanto, a não atuação em um ou mais deles pode atenuar o impacto das políticas implementadas (VÁZQUEZ BARQUERO, 2009). Neste caso, o desenvolvimento de empresas pode não ter o efeito desejado a longo prazo, uma vez que não são desenvolvidas ações de qualificação profissional ou então de proteção ao meio ambiente.

Na composição da agência, são encontrados atores públicos e privados relevantes no município. No entanto, aponta-se para a ausência das universidades, consideradas centrais no processo de desenvolvimento. São estes mesmos atores que integram os conselhos, os quais configuram-se como os mecanismos de governança das ações desenvolvidas. A existência destes mecanismos é um fator que contribui para a sustentabilidade das políticas, porém a ausência das universidades e de instâncias de diálogo com a população diminuem as informações disponíveis para a tomada de decisão.

Na SMCTDES de Florianópolis, é possível perceber uma visão multidimensional do desenvolvimento tanto em seu arranjo institucional, quanto em suas atividades. Com isso, tem-se a atuação da estrutura em todos os campos prescritos pelo modelo analítico, ainda que em alguns casos esta atuação se dê de forma restrita ou limitada. A secretaria apresenta um mecanismo de governança bem

delineado, na forma do CMI. Contudo, a baixa periodicidade das reuniões e o fato dele estar inativo deixam dúvidas quanto a sua efetividade na governança das políticas. Apesar disso, aponta-se para a composição plural do conselho e para o estabelecimento de parcerias, o que resulta no envolvimento de uma pluralidade de atores nas atividades desenvolvidas.

Em Porto Alegre, o Inovapoa apresenta em seu arranjo institucional uma visão de desenvolvimento focada na dimensão econômica, porém desenvolve atividades que abarcam as dimensões social, institucional e ambiental do desenvolvimento. Desta forma, o gabinete atua em quatro campos, embora a atuação em alguns destes se dê de forma tímida. O arranjo institucional do Inovapoa não delimita quais são os mecanismos de governança utilizados, o que resulta na existência de mecanismos específicos em apenas algumas atividades. Quanto à pluralidade de atores, atenta-se para a alta capacidade do Inovapoa de estabelecer parcerias com diversos atores, até mesmo em nível internacional, ainda que estes não façam parte de sua estrutura formal.

É preciso atentar para as limitações dos dados utilizados, uma vez que muitos dos dados disponíveis encontravam-se desorganizados ao longo dos sítios na internet ou continham informações pouco esclarecedoras. Além disso, alguns dados foram solicitados às estruturas municipais e estas nem sempre responderam com precisão e completude.

Portanto, a partir das informações disponíveis, conclui-se que as políticas implementadas por cada uma das estruturas municipais possuem alguns dos elementos necessários às políticas de desenvolvimento econômico local. É claro que não se supunha que fossem identificados todos os elementos do modelo analítico nas três estruturas, uma vez que cada município possui uma realidade própria, com agentes, recursos e interesses distintos. Ainda assim, vale lembrar que uma avaliação destas políticas que resultasse em sua reformulação poderia aperfeiçoá-las e aproximá-las do cumprimento do macro objetivo de promover o desenvolvimento econômico dos municípios.

7 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALA-HARJA, Marjukka; HELGASON, Sigurdur. Em direção às melhores práticas de avaliação. **Revista do Serviço Público**, v. 51, n. 4, p. 5-60, 2000.

ALBUQUERQUE, Francisco. La Importanciadel Enfoque delDesarrollo Económico local. In: MADOERY, Oscar, VAZQUEZ BARQUERO, Antonio (orgs). **Transformacionesglobales, Instituciones y Políticas de desarrollo local**. Rosario: Editorial Homo Sapiens, 2001.

ALBUQUERQUE, Francisco. Desarrollo económico y territorio: Enfoques teóricos relevantes y reflexiones derivadas de lapráctica. In: DOCAMPO, Manuel García (org). **Perspectivas teóricas em Desarrollo Local**. La Coruna: Netbiblo, 2007.

ARRETCHE, Marta T. S. Tendências no estudo sobre avaliação. In: RICO, Elizabeth Melo (org.). **Avaliação de Políticas Sociais: Uma Questão em Debate**. São Paulo, Cortez, 1998.

BOISIER, Sérgio. Desarrollo (Local): De qué estamos hablando? In: MADOERY, Oscar, VAZQUEZ BARQUERO, Antonio (orgs). **Transformacionesglobales, Instituciones y Políticas de desarrollo local**. Rosario: Editorial Homo Sapiens, 2001.

BORGES, C. M. **Desenvolvimento local e avaliação de políticas públicas: análise de viabilidade para construção de um índice de desenvolvimento local para o município de São José do Rio Preto**. Dissertação (Mestrado em Administração de Organizações), Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto, 2007.

BRASIL. Lei federal nº 12.527, de 18 de novembro de 2011. **Regula o acesso a informações**. Brasília, 2011.

CARVALHO, Juvenilda Soares de. Conselhos municipais: sua contribuição para o desenvolvimento local. **Anais: Encontros Nacionais da ANPUR**, v. 8, 2013.

CUNHA, Carla Giane Soares da. Avaliação de Políticas Públicas e Programas Governamentais: tendências recentes e experiências no Brasil. **Secretaria de Coordenação e Planejamento/RS**, 2006.

CURITIBA. Lei Nº 12.439 de 18 de outubro de 2007. **Diário Oficial de Curitiba**, Edição nº81, de 23 de outubro de 2007.

CURITIBA. Agência Curitiba de Desenvolvimento. **Organograma Sistêmico**. Disponível em < <http://www.agencia.curitiba.pr.gov.br/publico/conteudo.aspx?codigo=61>> Acesso em: agosto de 2016.

DESSOTI, F. Cooperação Descentralizada: uma inovação nas políticas públicas de desenvolvimento local. **5º Congrès de I^{re} Institut Franco-Brésilien d'Administration dês Entreprises-IFBAE**, v. 18, 2009.

DIAS, Gianna Vargas Reis Salgado. **A política pública voltada ao desenvolvimento econômico local: o caso do Gabinete de Inovação e Tecnologia de Porto Alegre – INOVAPOA**. 2015. 70 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Políticas Públicas) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2015.

FARIA, Carlos Aurélio Pimenta de. A política da avaliação de políticas públicas. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 20, n. 59, p. 97-109, out. 2005.

FAURÉ, Y.-A.; HASENCLEVER, Lia (Ed.). **O desenvolvimento local no Estado do Rio de Janeiro: estudos avançados nas realidades municipais**. Editora E-papers, 2005.

FLORIANÓPOLIS. Lei Complementar Nº 432, de 07 de maio de 2012. **Diário Oficial de Florianópolis**, Edição nº716, de 07 de maio de 2012.

FLORIANÓPOLIS. Prefeitura de Florianópolis. Secretaria Municipal de Ciência, Tecnologia e Desenvolvimento Econômico Sustentável. **Organograma**. Disponível em: <<http://www.pmf.sc.gov.br/entidades/smctdes/index.php?pagina=govorgograma&menu=1>> Acesso em: agosto de 2016.

GARCIA, Ronaldo Coutinho. Subsídios para organizar avaliações da ação governamental. **Planejamento e Políticas Públicas**, n. 23, 2009.

GARCIA, Sandro Ruidit; WOLFFENBUTTEL, Rodrigo Foresta; DILÉLIO, Rodrigo Campos. Construção de instâncias de ação e debate sobre desenvolvimento no Rio Grande do Sul. **Revista Pós Ciências Sociais**, v.11, n.21, jan/jun. 2014.

GAROFOLI, Gioacchino. Desarrollo económico, organización de laproducción y territorio. In: VÁZQUEZ-BARQUERO, Antonio, GAROFOLI, Gioacchino (orgs). **Desarrollo económico local en Europa**. Madri: Colegio de Economistas de Madrid, 1995.

GUIMARÃES, Sônia K. Produção do conhecimento científico e inovação: desafios do novo padrão de desenvolvimento. **Caderno CRH**, Salvador, v.24, n.63, p. 461-466, Set./Dez. 2011.

LIMA, Luciana Leite, D'ASCENZI, Luciano, DIAS, Gianna Vargas Reis Salgado. Formulação e Implementação da Política Pública de Desenvolvimento Econômico Local em Porto Alegre. **IX Congresso Consad de Gestão Pública**, Brasília, 2016.

MARTINS, Rafael D'Almeida; CALDAS, Eduardo de Lima. Visões do desenvolvimento local: uma análise comparada de experiências brasileiras. **Interações**, v. 10, n. 2, p. 207-218, 2009.

NEVES, Itanajara. **Políticas públicas de desenvolvimento econômico local: as agências de desenvolvimento econômico local nas capitais brasileiras**. 2015. 87f. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Políticas Públicas) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2015.

PIRES, Elson L.S.; MÜLLER, Geraldo; VERDI, Adriana R. Instituições, territórios e desenvolvimento local: delineamento preliminar dos aspectos teóricos e morfológicos. **Geografia**, Rio Claro, v. 31, n. 3, p. 437-454, 2006.

PORTO ALEGRE. INOVAPOA. **Organograma**. Disponível em: <http://www2.portoalegre.rs.gov.br/inovapoa/default.php?p_secao=45> Acesso em: agosto de 2016.

PORTO ALEGRE. INOVAPOA. **Relatório de atividades 2015**. Porto Alegre, Inovapoa, sd.

PORTO ALEGRE. Decreto Municipal N° 16.736, de 15 de julho de 2010. **Diário Oficial de Porto Alegre**, Edição n° 3809, de 19 de julho de 2010.

PORTO ALEGRE. Lei municipal N° 10.705, de 30 de junho de 2009. **Diário Oficial de Porto Alegre**, Edição n° 3550, de 1º de julho de 2009.

RAMOS, Marília Patta; SCHABBACH, Letícia Maria. O estado da arte da avaliação de políticas públicas: conceituação e exemplos de avaliação no Brasil. **Revista de Administração Pública**, v. 46, n. 5, p. 1271-1294, 2012.

RODRIGUES, Lea Carvalho. Análises de conteúdo e trajetórias institucionais na avaliação de políticas públicas sociais: perspectivas, limites e desafios. **CAOS-Revista Eletrônica de Ciências Sociais**, João Pessoa, n. 16, p. 55-73, 2011.

SENHORAS, Elói Martins. Caminhos bifurcados do desenvolvimento local: as boas práticas de gestão pública das cidades entre a competição e a solidariedade. **Revista brasileira de gestão e desenvolvimento regional**, v. 3, 2007.

VÁZQUEZ BARQUERO, Antonio. Desarrollo económico local y descentralización: aproximación a un marco conceptual. **Comissão Econômica para a América Latina e Caribe (CEPAL)/ Deutsche Gesellschaft Für Technishche Zusammenarbeit (GTZ)**. Santiago, 2000.

VÁZQUEZ BARQUERO, Antonio. **Desenvolvimento Endógeno em Tempos de Globalização**. Fundação de Economia e Estatística. Editora UFRGS, 2001.

VÁZQUEZ BARQUERO, Antonio. Desarrollo local, una estrategia para tiempos de crisis. **Apuntes del CENES**, v. 28, n. 47, p. 117-132, 2009.

VITTE, Claudete de Castro Silva. Gestão do desenvolvimento econômico local: algumas considerações. **Revista Internacional de Desenvolvimento Local**, v.8, n. 13, p. 77-87, 2006.

VITTE, Claudete de Castro Silva. Experiências de políticas de desenvolvimento econômico local nos municípios da Região Metropolitana de Campinas (SP) e os impactos no território. **Scripta Nova: revista electrónica de geografía y ciencias sociales**, n. 11, p. 48, 2007.